CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2017

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE NITERÓI, COM BASE TERRITORIAL EM SÃO GONÇALO, ITABORAÍ, RIO BONITO, MARICÁ, SAQUAREMA, E SILVA JARDIM, CNPJ n. 27.763.895/0001-72, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RITA DE CACIA DA SILVA RODRIGUES DE ALMEIDA;

F

SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE NITERÓI- SINDILOJAS-NITERÓI, CNPJ n. 27.774.439/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). Charbel Tauil Rodrigues

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO de **BANCO DE HORAS**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho de Banco do Horas, para o período de 1º de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017 e a data-base da categoria em 1º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho se aplica à(s) Categoria Profissional dos Empregados no Comércio, com abrangência territorial em Niterói/RJ.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TERCEIRA - FINALIDADE

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE NITERÓI E O SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE NITERÓI, tendo por objetivo normatizar o regime de compensação de horas de trabalho, denominado "BANCO DE HORAS", previsto na cláusula 20ª da Convenção Coletiva de Trabalho, assinada pelos sindicatos convenentes, com vigência de 1 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, e na forma do que dispõe o Art. 59, Parágrafos 2º e 3º da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, ajustam entre si os procedimentos que se seguem.





CLÁUSULA QUARTA - IMPLANTAÇÃO

A implantação do Banco de Horas só poderá ser efetivada mediante a assinatura pela empresa do "TERMO DE ADESÃO AO REGIME DE BANCO DE HORAS", (ANEXO 1), e pelos empregados do "QUADRO DE TERMO DE CONCORDÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO PARA O BANCO DE HORAS", (ANEXO 2), os quais constituem partes integrantes desta Convenção.

CLÁUSULA QUINTA - JORNADA SEMANAL

A duração normal do trabalho dos empregados integrantes da categoria profissional é de 44 horas semanais, podendo ser acrescida de horas suplementares, conforme Art. 59 da CLT.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA SEXTA - ANTECIPAÇÃO E/OU REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

O regime de "BANCO DE HORAS" poderá ser aplicado, tanto para redução de horas de trabalho, quanto para a prorrogação do horário, com a compensação posterior.

Parágrafo Único - Em qualquer das situações referidas no Parágrafo Segundo da Cláusula Oitava, fica estabelecido que:

- a) O regime de "BANCO DE HORAS" só poderá ser aplicado para prorrogação da jornada de trabalho, não podendo ultrapassar o limite máximo de 10 (dez) horas diárias (§ 2°, Art. 59 CLT);
- b) Nos cálculos de compensação, cada hora trabalhada em prorrogação da jornada de trabalho, será computada como 01(uma) hora de liberação;
- c) A compensação deverá estar completa no período máximo de 1 (um) ano, podendo a partir daí, ser negociado novo regime de compensação, sempre para um período máximo de 1 (um) (ano), observado o ajustamento, após 44 (quarenta e quatro) horas suplementares trabalhadas, conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima;
- d) No caso de haver crédito no final do período ajustado de 44 (quarenta e quatro) horas, a empresa obriga-se a quitar de imediato as horas extras trabalhadas, com adicional de 70% (setenta por cento), para as duas primeiras horas trabalhadas por dia e de 100% (cem por cento) para as demais horas que excederem a 2 (duas) horas por dia.



Compensação de Jornada

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO E/OU COMPENSAÇÃO DAS HORAS

O acréscimo de salário correspondente às horas suplementares será dispensado, quando o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminulição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 6 (seis) meses, à soma das jornadas semanais de trabalho ajustadas com o empregado, respeitado o máximo previsto de 44 horas semanais.(§ 2º do Art 59 da CLT)

Parágrafo 1º - No sistema de "BANCO DE HORAS" não se caracterizam como horas extraordinárias, não incidindo sobre elas qualquer adicional, salvo as hipóteses previstas no Parágrafo Segundo, Alínea "b" e Parágrafo Terceiro, Alínea "a", da Cláusula Oitava.

Parágrafo 2º - As horas suplementares trabalhadas nos dias úteis (2ª Feira a Sábado) serão compensadas de conformidade com este Acordo Normativo.

- a) Fica vedada a aplicação deste Instrumento para compensação das horas trabalhadas nos dias de domingo de feriados, que deverão ser pagas como horas extraordinárias, ressalvado o disposto na alínea e, inciso I da cláusula 3ª, do Acordo Normativo para o Trabalho em Dias Feriados.
- b) As empresas que optarem pela folga compensatória referente aos dias de domingo, conforme o disposto no Art. 6º da Lei 10.101, com alteração pela Lei 11.603, ficam dispensadas do pagamento da hora extraordinária correspondente, ficando garantido ao empregado receber como horas extras o que exceder da sua jornada semanal normal de 44 (quarenta e quatro) horas.

CLÁUSULA OITAVA - QUITAÇÃO DAS HORAS

Ao término de cada período máximo de 6 (seis) meses, será verificado o total de horas trabalhadas e o total de horas compensadas. Toda vez que o total das horas suplementares trabalhadas, atingir 44 (quarenta e quatro) horas, deverá ser feita a devida compensação ao empregado no mês subsequente.

Parágrafo 1º - Havendo rescisão do contrato de trabalho, antes do fechamento do período, será contabilizado o total de horas trabalhadas e o total de horas compensadas, conforme parágrafos seguintes.



Ø-

Parágrafo 2º - Demissão por iniciativa da empresa:

- a) Se houver débito de horas do empregado para com a empresa, as horas não trabalhadas serão abonadas, sem qualquer desconto nas verbas a que o trabalhador tiver direito na rescisão.
- b) No entanto, se houver crédito a favor do empregado, as horas não compensadas serão computadas e remuneradas com o adicional de horas extras, previsto no Parágrafo Único da Cláusula Sexta deste acordo normativo.

Parágrafo 3º - Demissão por iniciativa do empregado:

- a) Havendo crédito em favor do empregado, as horas não compensadas serão computadas e remuneradas, conforme previsto no Parágrafo Único da Cláusula Sexta deste acordo normativo.
- b) Havendo débito do empregado, as horas não trabalhadas serão descontadas das verbas rescisórias.

Disposições Gerais Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA NONA - AUTENTICAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO

Só terá validade o Termo de Adesão a este Acordo Normativo, se houver a devida autenticação pelos Sindicatos Acordantes. A empresa que deseja aderir às condições estabelecidas para o BANCO DE HORAS deverá comparecer ao Sindicato dos Lojistas do Comércio de Niterói, para retirar o impresso "Termo de Adesão", munido dos seguintes documentos:

- a) cópia do contrato social da empresa.
- b) carta de preposto ou procuração.
- c) quadro de empregados existentes no estabelecimento no mês em que deseja aderir ao BANCO DE HORAS, com as respectivas assinaturas dos empregados;
- d) cópia dos comprovantes quitados, das contribuições:
- Sindical / Assistencial ambos os sindicatos
- Confederativa

- Sindilojas



de

Parágrafo Único - O Termo de Adesão será apresentado em 3 (três) vias pela empresa; no sindicato profissional, que aporá o seu carimbo nas 3 (três) vias, retendo uma via; no sindicato patronal será feito idêntico procedimento, de modo que a via da empresa contenha os carimbos de ambos os sindicatos. A empresa manterá obrigatoriamente uma via do Termo de Adesão no estabelecimento ao qual se refere.

Outras Disposições

CLÁUSULA DÉCIMA - REGISTRO E ARQUIVAMENTO

O registro e arquivo do presente Instrumento Normativo será feito no MTE, através do Sistema Mediador de Negociações Coletivas, conforme Instrução Normativa Nº. 16/2013 da SRT/MTE

Niterói, 14 de março de 2016.

TA DE CACIA DA SILVA RODRIGUES DE ALMEIDA

Presidente
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE NITERÓI
SEC-NITERÓI

CHARBEL TAUIL RODRIGUES

Presidente
SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE NITERÓI
SINDICAS-NITERÓI

Termo de Adesão à Convenção Coletiva para Trabalho de Banco de Horas SEC/ Niterói e São Gonçalo e SINDILOJAS/Niterói (2016 – 2017) Anexo 1

Razão Social do Empregador:
Nome de Fantasia:
Endereço do local de trabalho:
CNPJ:
Total de Empregados Abrangidos:
O Empregador acima qualificado, através de seu representante legal, dirigese a este Sindicato para formalizar sua Adesão à CCT 2016-17 de Banco de Horas, conforme os termos da respectiva Convenção Coletiva firmada para esse fim, entre o Sindicato dos Empregados no Comércio de Niterói, e o Sindicato dos Lojistas do Comércio de Niterói, para o período de 1 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017.
Para tanto, junta em anexo os seguintes documentos, conforme a Cláusula 9ª da referida Convenção: Sim Não () () - cópia do contrato social da empresa. () () - carta de preposto ou procuração. () () - quadro de empregados existentes no estabelecimento no mês em que deseja aderir ao BANCO DE HORAS, com as respectivas assinaturas dos empregados. - cópia dos comprovantes quitados, das contribuições: () () Sindical / Assistencial - ambos os sindicatos () () Confederativa - Sindilojas
Nestes termos, Pede Deferimento. Niterói, de
(Representante Legal da Empresa/Empregador: nome, identidade e assinatura).



R

Os Empregados abaixo identificados manifestam, de livre e espontânea vontade, concordância em participar do BANCO DE HORAS nos termos da Convenção Coletiva firmada pelo SEC/Niteról e São Gonçalo e o SINDILOJAS- Niteról, para o período 2016/2017: Assinatura e Carimbo do Empregador ou seu Procurador Legal ASSINATURA DO EMPREGADO QUADRO DE EMPREGADOS PARA BANCO DE HORAS - TERMO DE CONCORDÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO (2016 - 2017) - ANEXO 2 SÉRIE DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: CART.PROFISSIONAL NÚMERO +-FUNÇÃO PERIODO(PRAZO) NOME DO EMPREGADO # Não poderá ter nenhuma rasura OBSERVAÇÕES: EMPREGADOR: Niterói. CNPJ 2 12 13 7 15 = 10 9 to 6 N 3 47